

### Governo aprova orçamento para 2023 com previsão de aumento de gastos superior a 6% além da inflação

Após aprovação da PEC da Transição, governo aprovou a PLOA 2023 alterando a previsão de gastos, e conseqüentemente do déficit primário, que pode chegar a R\$232 bilhões no próximo ano. A principal mudança em relação à PLOA apresentada em agosto é um aumento do teto de gastos de R\$145 bilhões e aprovação de gastos fora do teto de R\$23 bilhões para investimentos. Na prática, o teto deixa de existir pois a regra fiscal será alterada via lei complementar ao longo de 2023. Até mesmo a LRF perde a referência, com a criação de despesas sem definição de origem de recursos, além da previsão de déficit acima do aprovado na LDO, que era de R\$63 bilhões. O teto de gastos também teve uma ampliação real de R\$24 bilhões, uma vez que foi corrigido em 7,2%, acima da inflação que deve ficar próxima de 5,7% em 2022. Os parlamentares ainda garantiram o orçamento de R\$21,5 bilhões em emendas individuais impositivas, com parte dos recursos que eram destinados ao orçamento secreto.

Entre os novos gastos aprovados estão:

- aumento da despesa para o programa Bolsa Família, de R\$105 para R\$170 bilhões;
- elevação do salário mínimo em 9%, (acima da inflação prevista para o ano em 5,7%)
- reajustes para os servidores em até 19%.

O detalhamento da destinação dos demais recursos deverá ser formalizada após a criação dos novos ministérios em 2023.

|                    | 2022           | 2023        |                | Δ 2023/2022 |
|--------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
|                    | Rel. Bimestral | PLOA Ago/22 | LOA após a PEC |             |
| Receitas Totais    | R\$ 2.325,4    | R\$ 2.257,4 | R\$ 2.257,4    | -2,9%       |
| Transferências     | R\$ 465,1      | R\$ 452,9   | R\$ 452,9      | -2,6%       |
| Receitas Líquida   | R\$ 1.860,3    | R\$ 1.804,5 | R\$ 1.804,5    | -3,0%       |
| % PIB              | 18,6%          | 17,0%       | 17,0%          | -1,6 p.p.   |
| Despesas Totais    | R\$ 1.826,2    | R\$ 1.868,2 | R\$ 2.036,2    | 11,5%       |
| % PIB              | 18,2%          | 17,6%       | 19,2%          | 1,0 p.p.    |
| Resultado Primário | R\$ 34,1       | -R\$ 63,7   | -R\$ 231,7     | -265,8      |
| % PIB              | 0,3%           | -0,6%       | -2,1%          | -2,5 p.p.   |

Fonte: STN, LOA 2023

### Preocupante crescimento das despesas

Após 6 anos de despesas/PIB em tendência de queda, o orçamento para 2023 traz de volta um forte crescimento dos gastos públicos. O aumento dos gastos em 2023 significa que as despesas totais passarão de 18,2% para 19,2% do PIB, uma expansão fiscal expressiva de 1 p.p., a maior desde 2015 (excluindo o extraordinário gasto da pandemia em 2020).



Fonte: STN, Governo Federal, Inter

Com inflação prevista em 5,2% para 2023, o crescimento real das despesas totais pode chegar a quase 7%. Entre 2003 e 2016, os gastos públicos tiveram crescimento real médio de 6% a.a., bem acima do PIB no período, e acima do crescimento das receitas, o que levou ao déficit estrutural a partir de 2014. Após a lei do teto de gastos, as despesas cresceram em média 1,1% a.a. entre 2016 e 2022, mesmo com o gasto excepcional em 2020, ano da pandemia.

**Despesas Totais Acumuladas em 12 Meses (R\$ Bi)**  
Valores ajustados pelo IPCA



Fonte: IBGE, Banco Inter; Data-base: Out/2022

Apesar da PEC permitir o aumento de gastos por um ano, na prática, despesas como reajustes de salários e benefícios são incrementos permanentes. Com o crescimento do PIB esperado para 2023 abaixo de 1%, a expansão será

expressiva e volta a desequilibrar as contas públicas, além de pressionar a inflação com a economia próxima do pleno emprego. Vale ressaltar que o aumento aprovado é bem superior à necessidade do programa Bolsa Família e a recomposição de programas essenciais, que estavam estimados em cerca de R\$80 bilhões.

### Receita em queda

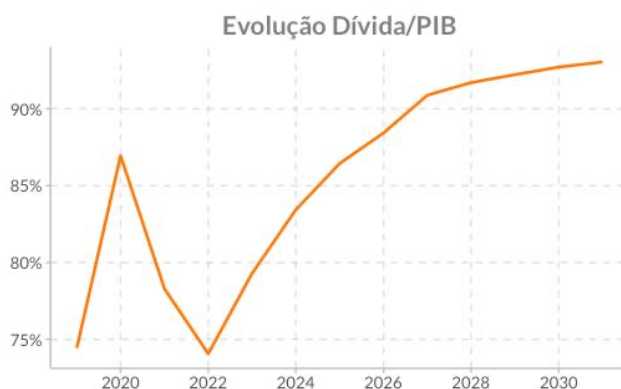
Após forte crescimento de receita em 2021 e 2022, a previsão na LOA é de queda nominal de 3% em 2023. As desonerações, o menor crescimento da economia, a demanda global mais fraca reduzindo preços de commodities, e a ausência de privatizações e dividendos de estatais nos planos do novo governo estão entre as razões para a menor arrecadação esperada.

A aprovação da PEC da transição não incluiu nenhuma medida de aumento na receita, o que piora a situação do resultado primário. No entanto, o governo pretende apresentar uma proposta de reforma tributária, o que pode trazer impacto positivo pelo lado da arrecadação. Outros anúncios que podem melhorar o resultado primário incluem a recomposição de impostos, como o PIS/Cofins sobre a gasolina, e a redução de subsídios fiscais. Por outro lado, pressões por redução de impostos devem continuar como a correção da tabela de IR da pessoa física e do Simples. No longo prazo, considerando a elevada carga tributária no Brasil, o equilíbrio das contas públicas via controle de gastos ainda é

fundamental para a queda nos juros, o que pode permitir um maior crescimento da economia. Ganhos de eficiência, com revisão periódica de programas sociais são essenciais para o controle do crescimento dos gastos.

### Evolução da Dívida

A dívida bruta deve terminar 2022 abaixo de 74% do PIB, mesmo patamar de 2019. No entanto, a volta do déficit primário substancial em 2023 e a ausência de uma âncora fiscal resultaram em forte elevação nos juros, impactando o custo da dívida. O déficit nominal pode chegar a R\$1 trilhão no ano, elevando a dívida pública para 79%. No cenário de baixo crescimento e risco fiscal, com taxa de juros real de longo prazo de 4%, a dívida só se estabiliza após 2030, no elevado patamar de 93%. Esse é um cenário bastante desafiador que trás baixa perspectiva de crescimento, pressionando ainda mais as políticas públicas.



Fonte: STN, Governo Federal, Banco Inter

### Projeções Fiscais

| R\$ bi                                 | 2021    | 2022     | 2023      | 2024     | 2025      | 2026      | 2027      | 2028      | 2029      | 2030      |
|--|---------|----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Resultado Primário</b>              | 64,7    | 124,30   | -160,00   | -149,02  | -118,73   | -75,21    | -183,66   | 10,73     | 38,21     | 67,97     |
| % PIB                                  | 0,7%    | 1,2%     | -1,5%     | -1,3%    | -1,0%     | -0,6%     | -1,4%     | 0,1%      | 0,3%      | 0,5%      |
| <b>Despesa com juros</b>               | -448,4  | -580,00  | -907,12   | -834,50  | -764,24   | -743,21   | -752,08   | -816,31   | -871,39   | -928,35   |
| % PIB                                  | -5,0%   | -5,8%    | -8,5%     | -7,4%    | -6,5%     | -6,0%     | -5,8%     | -6,0%     | -6,1%     | -6,2%     |
| <b>Resultado Nominal</b>               | -383,7  | -455,70  | -1.067,12 | -983,52  | -882,98   | -818,42   | -935,74   | -805,58   | -833,18   | -860,38   |
| % PIB                                  | -4,3%   | -4,6%    | -10,0%    | -8,8%    | -7,5%     | -6,6%     | -7,2%     | -5,9%     | -5,8%     | -5,7%     |
| <b>Dívida Bruta do Governo Geral</b>   | 6.967,0 | 7.386,00 | 8.426,38  | 9.394,49 | 10.263,68 | 11.068,91 | 11.991,41 | 12.782,82 | 13.600,84 | 14.445,00 |
| % PIB                                  | 78,3%   | 74,0%    | 79,3%     | 83,8%    | 87,1%     | 89,4%     | 92,2%     | 93,6%     | 94,7%     | 95,8%     |
| <b>Dívida Líquida do Setor Público</b> | 4.967,0 | 5.750,00 | 6.575,02  | 7.489,26 | 8.299,36  | 9.042,34  | 9.899,98  | 10.624,70 | 11.374,17 | 12.147,89 |
| % PIB                                  | 55,8%   | 57,6%    | 61,9%     | 66,8%    | 70,4%     | 73,0%     | 76,1%     | 77,8%     | 79,2%     | 80,5%     |

### Estratégias e Pesquisas Econômicas

Rafaela Vitória, CFA, CNPI  
Economista-Chefe

Disclaimer: Este material foi preparado pelo Banco Inter S.A. As informações, opiniões e estimativas nele contidas foram obtidas de fontes consideradas seguras pelo Banco Inter S.A., mas nenhuma garantia é firmada pelo Banco Inter S.A. ou empresas a ele ligadas quanto a correção e integridade de tais informações, opiniões e estimativas, ou quanto ao fato de serem completas. As informações apresentadas neste material podem variar de acordo com a movimentação de mercado. Este material destina-se à informação de investidores e não constitui oferta de compra ou venda de títulos e/ou valores mobiliários. Este material não pode ser reproduzido, distribuído ou publicado por qualquer pessoa, para quaisquer fins sem autorização prévia.